

PREGÃO ELETRÔNICO PMI 20/2025

PARECER IMPUGNAÇÃO

EMENTA: LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PMI 20/2025. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (MATERIAL E MÃO DE OBRA) NO SISTEMA DE FREIOS E DIFERENCIAL DA RETROESCAVADEIRA JCB 4CX 4WS, PERTENCENTE À SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO.

Na data de 23/06/2025, foi protocolada no sistema BLL impugnação referente ao edital do PE 20/2025 por parte da empresa: PSMAC COMERCIAL DE MAQUINAS E SERVIÇOS, inscrita no CNPJ sob o nº 59.131.289/0001-20.

A impugnação foi encaminhada para Secretaria de Obras e Viação, responsável pelas informações estabelecidas no Termo de Referência e retornou com as seguintes informações e justificativas:



Manifestação a Impugnação

Como é de conhecimento a Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Visa propiciar iguais oportunidades aos que desejam contratar com o Poder Público, dentro dos padrões previamente estabelecidos pela administração que atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. É o meio técnico e legal de verificação das melhores condições para a execução de obras e serviços, compra de materiais e alienação de bens públicos.

Quanto a impugnação, não há razão ao interessado.

A indicação de raio de participação, é válido tendo em vista que o raio indicado esteja devidamente justificado no processo licitatório.

A Administração justificou a colocação da referida cláusula, por motivos de logística e custo, considerando que a existência de oficina em raio maior inviabilizaria a agilidade e aumentaria em muito os custos para acompanhamento e fiscalização. Além disso, permite a participação, das empresas situadas na região (municípios vizinhos), não restringindo o caráter competitivo do certame.

A limitação geográfica, mostra-se razoável e é justificada pela especificidade do certame, uma vez que eventuais gastos no deslocamento dos veículos da Prefeitura para a execução de serviços mecânicos, em cidades distantes, comprometeriam a economicidade ao erário público.

Há de se destacar, que o direito de participar de licitação não constitui garantia absoluta e inquestionável de qualquer pessoa ou empresa. Apenas os que atendam às exigências feitas justificadamente pela administração podem solicitar seu direito a ingressarem no certame e formularem as suas propostas.

Entende-se que a questão geográfica apresenta relevância sobre o conteúdo da prestação de serviços de manutenção em retroescavadeira. A localização geográfica da oficina pode ser considerada essencial e indispensável para a execução satisfatória do objeto do contrato. Isso porque, é preciso levar em conta que o deslocamento para o acompanhamento da Comissão de Fiscalização do serviço importa consumo de combustível e tempo. Trata-se de questão de logística, que não ofende a isonomia, mas, sim, visa o melhor atendimento ao interesse público. Portanto, a restrição quanto à localização da empresa contratada, imposta para atender a contento a Administração Pública, desde que razoável, é medida que vai ao encontro do binômio custo-benefício, que, por sua vez, se junta com o princípio da economicidade.

Assim, mostra-se justificada o item em específico do certame, com base no princípio da isonomia, selecionando a proposta mais vantajosa para a administração.

Ibirubá, 24 de junho de 2025.

Marcio Neves
Secretário de Obras

Diante dos elementos acima e considerando que acima do interesse do particular está a supremacia do interesse público e não menos importante a discricionariedade para definir algumas ações de acordo com os seus objetivos, são mantidas as especificações do termo de referência, atendendo assim as necessidades da Administração.

DA CONCLUSÃO

Em observância aos princípios gerais das licitações, principalmente aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade e Eficiência, insculpidos no art. 37, *caput*, da Magna Carta Brasileira, CONHEÇO o recurso apresentado pela empresa PSMAC COMERCIAL DE MAQUINAS E SERVIÇOS - CNPJ 59.131.289/0001-20, e INDEFIRO a impugnação, cujas fundamentações de fato e de direito encontram-se no corpo do presente.

É o parecer.

Ibirubá/RS, 24 de junho de 2025.

Vania Teresinha Rodrigues Löser
Agente de Contratação / Pregoeira



ASSINATURA ELETRÔNICA

Complemento de assinaturas presentes no documento

Código para verificação: 685a-fe2f-a141-5000-085d-4215

Assinado por **Vania Teresinha Rodrigues Löser** em 24/06/2025 às 16:36:18
Identificador Único: **26M1ZVZY9AG4cTbEBQt7mX**

Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://ibiruba.aprova.com.br/consulta?documentAuthenticatorCode=685a-fe2f-a141-5000-085d-4215>
